



“REINTEGRAÇÃO DE POSSE”: A OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO PROCESSO DE REAVIVAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA

Luiz Fernando Nunes

Professor da rede pública e privada. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ
E-mail: fernando@i-historia.com

Resumo: O presente artigo destina-se à análise dos movimentos reivindicatórios dos estudantes das escolas públicas, ocorridos em larga escala no estado do Rio de Janeiro. A partir do final do mês de março de 2016, ocorreram ocupações em espaços públicos sob gerência estatal dentro das escolas, Coordenadorias de Ensino além da própria Secretaria de Educação. Esses movimentos, além de melhorias estruturais e pedagógicas, clamam por uma nova concepção de escola, que é o que norteia esta reflexão. Além de uma análise teórica, o texto também conta com uma experiência de prática vivida dentro de uma escola ocupada na cidade de Nova Friburgo, região serrana do estado.

Palavras-chave: Educação e cidadania, Educação Pública, Movimentos sociais, Ocupações.

INTRODUÇÃO

O título deste artigo traz a sua essência. Não há interesse em discutir conceitos do Direito, mas o uso figurativo do termo “reintegração de posse” mostra que os acontecimentos recentes no estado¹ do Rio de Janeiro, a saber, as ocupações das escolas públicas em boa parte das cidades pelos estudantes em solidariedade à greve dos docentes e em busca de pautas reivindicatórias próprias, têm fundamentação político-pedagógica. Mesmo sendo um movimento mais amplo e que atingiu não só o Rio de Janeiro, mas também outros locais do Brasil, a intenção é levar uma visão da ocupação na cidade de Nova Friburgo, localizada na região serrana do Rio, ocorrida no Colégio Estadual Jamil El-Jaick, única unidade ocupada no município. Além disso, tem-se o propósito de apresentar uma discussão teórica acerca da concepção de escola, sobretudo a pública nesse contexto. Entende-se ser necessário repensar a gênese da escola, seus atores, existência e objetivos para satisfazer e responder aos questionamentos que, de tão silenciados, vieram ao palco das discussões através das ocupações.

¹ Optamos, como sempre fazemos, por diferenciar Estado, com “E” maiúsculo, de estado, com “e” minúsculo, uma vez que o primeiro remete a todo um aparelho administrativo e burocrático estatal, enquanto o segundo faz referência apenas ao aspecto geográfico e de localização.



METODOLOGIA

As ocupações nas escolas do Rio de Janeiro tiveram início no mês de março de 2016. As primeiras unidades ocupadas foram algumas daquelas localizadas na capital do estado. Logo depois, o movimento estudantil expandiu suas ações, divulgando-as, sobretudo por meio das mídias sociais e das representações discentes organizadas no Estado.

Esses movimentos, inéditos até então no Rio de Janeiro, foram os motivadores para esta pequena reflexão. Todos aqueles que militam pela educação cidadã, mesmo que entendam seus meandros de formas distintas, têm interesse em observar uma ação que supera a simples rebeldia juvenil e ataca diretamente as estruturas de sustentação da “velha escola”. Este texto é, portanto, resultado de análises, conversas, oficinas e, sobretudo, vivência dentro da escola ocupada. Analisamos, por meio de entrevistas informais e rodas de conversas, os anseios e as pautas, a visão do estudante sobre a escola pública que têm e a que querem, além da tomada de consciência de que são membros de uma parcela órfão da assistência do Estado.

A partir dessas experiências, compreendeu-se que a ação discente é a reação a “escola que temos” com vistas à “escola que queremos”. Assim, é imperativo que se efetive a gestão democrática dos espaços públicos de educação exatamente como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9394/96), no seu Artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A luta pela escola democrática data de longe e se evidencia ao longo do período de Ditadura Militar no Brasil, onde organizações estudantis foram reprimidas em suas ações, bem como tiveram seus espaços de atuação diminuídos. Atualmente, diante da crise dos espaços de educação, verifica-se o gradativo afastamento de setores da sociedade na escola. Mesmo que as instâncias de deliberação ainda existam, é raro o local onde as decisões coletivas realmente se efetivem. PARO (2003, p. 15) entende que somente com a inserção da comunidade escolar é possível validar um processo realmente democrático de gestão: “A democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta” (Idem, p.18).



Também faz parte do corpo deste artigo a reflexão teórica sobre temas necessários tais como o esvaziamento e o sucateamento da escola pública, a adoção crescente do credo neoliberal com as intervenções de institutos privados no meio público, além da mercantilização da vida, que prioriza uma educação para o capital.

Buscou-se a compreensão do que é escola pública com o auxílio (SACRISTÁN, 1996, p. 153), cujo conceito é o de um “espaço portador de um legado de ideias [com] a pretensão de estimular uma concepção de cidadão livre e de indivíduo independente; o desejo de desempenhar um papel cultural crítico, aberto e sem travas, assentado no laicismo, na neutralidade, no pluralismo; uma escola, enfim, integrada em uma comunidade com o espaço de diálogo social”.

DISCUSSÃO

Reintegrar posse, para o Direito, significa ação reivindicada pelo titular do domínio, ou seja, o proprietário, quando outro retira o seu direito à propriedade ou equivalente. Prega-se, neste texto, ideia de que o espaço público de educação não possui dono, mas donos, proprietários vinculados que, necessariamente, devem agir para a construção e gestão colaborativa dos mesmos.

Em 02 de março de 2016, os professores da rede estadual do Rio de Janeiro, iniciaram um movimento de greve cujas reivindicações vão de pautas estruturais, a pedagógicas e financeiras.

Com a crise que pretensamente² se abateu sobre o Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no que tange ao decréscimo do preço do barril de petróleo no mercado internacional, além dos problemas na gestão da Petrobrás, o que teria gerado perdas com os *royalties* pagos ao governo, salários foram parcelados (o décimo terceiro salário do ano de 2015, por exemplo), datas de pagamento de folha sofreram alterações e aposentados e pensionistas ficaram sem receber por um mês. Além disso, os cortes estruturais também afetaram quase todas as unidades de ensino, já que contratos foram finalizando com empresas terceirizadas por falta de pagamento, deixando escolas sem porteiros, pessoal de manutenção e limpeza.

Esse catastrófico cenário impulsionou o movimento grevista que, em certos momentos chegou a atingir 70% da categoria, segundo dados levantados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de

² Como se sabe, a cidade do Rio de Janeiro será o palco das Olimpíadas de 2016, evento que conta com vultosos investimentos públicos tanto municipais quanto estaduais. Além disso, o governo estadual promoveu uma série de isenções fiscais a empresas de vários setores, deixando de arrecadas bilhões em impostos que deveriam ser investidos em setores sociais chave, como a educação. Entre as empresas favorecidas, figuram de montadoras de automóveis a joalherias e termas de massagem.



Educação (SEPE/RJ). O governo, na contrainformação e com certa anuência da grande mídia, afirmava ao público que não mais que 3% dos profissionais de educação estavam parados.

As ocupações no Estado do Rio têm motivação nas ações dos estudantes secundaristas de São Paulo que se rebelaram tomando escolas contra a proposta de reorganização encabeçada pelo governo daquele Estado³. No Rio, as pautas são próprias e o movimento é desvinculado da greve docente. São, porém, solidários.

A cidade de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro, além de fria é politicamente conservadora. Mesmo com um território de tamanho bastante significativo, a urbanização e o distanciamento entre os bairros de vocação industrial (a cidade é um maiores polos de moda íntima do Brasil) e agrícola parece que geraram um comportamento avesso a mudanças minimamente estruturais em quaisquer áreas. Assim, qualquer ato que vise pleitear ou questionar decisões horizontais nem sempre é bem visto ou apoiado por grande parte da população. No entanto, a cidade conta com lutadores históricos de causas sociais e esse conservadorismo genético não diminui ânimos.

Esse é o cenário local que foi alterado no dia 18 de abril, quando alunos de um dos maiores colégios estaduais da cidade ocuparam suas dependências. Localizado no centro da cidade, o Colégio Estadual Jamil El-Jaick tem história na formação de gerações da cidade. Muitos dos atuais docentes da escola foram alunos no passado.

Considerando o já mencionado conservadorismo de ação da cidade, o que se verificou com a ocupação foi mais uma reação do que uma ação propriamente. Relata-se que na véspera da atitude discente a Diretora da unidade, num intransigente ato, trocou as fechaduras dos portões para que uma reunião entre professores em greve e pais de alunos não ocorresse nas instalações do colégio. A reunião aconteceu na rua, com grande apoio de populares vizinhos que cederam cadeiras e bancos. A foto da aglomeração em frente aos portões fechados da escola, veiculada em jornais e redes sociais, teria sido o estopim para a atuação discente. No dia seguinte, uma assembleia estudantil deliberou pela ocupação.

³ As ocupações não se limitam apenas aos estados de São Paulo e, agora, Rio de Janeiro. No momento da confecção deste artigo existem notícias da ação dos estudantes nos estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás e Minas Gerais. Além disso, aparecem nas redes sociais dos movimentos de ocupação vídeos de solidariedade vindos de escolas ocupadas no Paraguai e de estudantes chilenos. Esses últimos relatam a importância da luta pela manutenção da escola pública, uma vez que o Chile foi um dos países que mais sofreu com a privatização do ensino.



Imediatamente os alunos começaram a agir em comissões dentro do espaço. Formularam pautas específicas de reivindicações que, entre outras questões, pediam pelo retorno do pessoal de apoio e manutenção, por eleições diretas e democráticas para diretores de escolas, fim das terceirizações e do processo de meritocracia implantado ainda na gestão do antigo Governador Sérgio Cabral (PMDB).

A tomada da escola pelos discentes espantou os incrédulos moradores da cidade, o que fez com que, já no primeiro dia de ação, todos os veículos de comunicação da cidade batessem ao portão da instituição em busca de informações. Em muitas reportagens, os alunos corrigiam os textos ou as falas: não se tratava de uma “invasão”, como era informado, mas de uma ocupação! De uma reintegração de posse!

Dentro das perspectivas para uma educação menos formal e mais plural, a pedagogia progressista fala, dentre outras coisas, do protagonismo discente. As tomadas de decisões dentro das escolas pelo Brasil a fora passam por instâncias estranhas aos discentes, ou seja, aqueles que, em maioria, habitam os espaços e deles dependem, são os últimos a opinar (quando opinam). Dessa forma, não há como entender o ato das ocupações apenas como mera rebeldia juvenil; elas demonstram uma clara necessidade do repensar a escola, sobretudo a pública. Como afirmam educadores, não é mais possível fazer educação sem ouvir os envolvidos que estão nas salas de aula⁴.

O SUCATEAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA COMO PROJETO

De memória é possível citar uma das mais emblemáticas frases de Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Não é possível descrever em curto espaço todos os problemas que assolam as escolas públicas brasileiras. No caso de Rio de Janeiro, esses problemas datam de muitos anos, mas foram acentuados, no nosso entendimento, a partir de 2007, quando o então Governador Sérgio Cabral Filho implantou a todo o vapor o sistema de meritocracia na educação pública.

Ainda é difícil conversar sobre esse período até mesmo com os docentes. Num país desigual em sua essência, a meritocracia é um engodo que ilude. Aos alunos do Rio de Janeiro, prêmios eram distribuídos aos melhores colocados em sistemas de avaliações diagnósticas desconectados das suas realidades. Aos professores, valores em dinheiro eram ofertados em formas de bônus, mas sem

⁴ Cf. “Ouvir aluno virou dever com ocupações, dizem educadores” <http://m.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1768993-ouvir-aluno-ouvir-dever-com-ocupacoes-dizem-educadores.shtml> Acesso em 08 mai. 2016



incorporação salarial. Essas ações, avaliamos, tinham dois objetivos centrais: 1) desmobilizar qualquer movimento reivindicatório por parte da categoria 2) bem como “rachar” a unidade docente, já que muitos profissionais apoiavam tal política pautados no imediatismo dos ganhos financeiros.

As escolas também receberam investimentos em materiais e em estrutura. Há quem afirme que durante aquele “áureo período”, as unidades receberam computadores e tinham folhas à vontade. Numa interpretação de que, na fome, qualquer migalha é banquete, isentava-se o Estado da obrigação de garantir o material aos profissionais da educação. Esses relatos demonstraram a carência e a falta do entendimento complexo da classe docente, uma vez que é facilmente verificado que por trás dos investimentos em informática, por exemplo, existiram superfaturamentos de preços. Ou seja, o dinheiro para educação foi destinado a parceiros políticos financiadores de campanhas. Em uma reportagem do jornal “O Globo”, em sua versão digital sob o título “Rei dos computadores”, pistas escusas sobre a licitação dos equipamentos eram deixadas em todos os cantos. Dizia a reportagem que o sócio do à época (e ainda atual) presidente da ALERJ, Jorge Picciani (PMDB) na compra de gado, Paulo Trindade, dominava, através de sua empresa, a Investplan Computadores e Sistemas, a venda de produtos de informática ao Governo do Estado. Dados da mesma matéria davam conta de que a Investplan era, no início de 2000, uma pequena fornecedora de equipamentos de informática, e que os empenhos, ou seja, a reserva de pagamento feita pelo Estado, aumentou no ano de 2008 em cerca de 8.181%, totalizando R\$ 66,9 milhões. Ainda segundo texto:

A partir do final de 2007, a aplicação de recursos em tecnologia ganhou força no governo, especialmente no setor de educação. A Investiplan venceu os principais contratos através de disputa em pregão eletrônico, sendo que o maior deles foi a compra de 31 mil notebooks para os professores ao custo de R\$ 58,9 milhões. A relação da Investiplan com o estado começou em 2001, em um contrato de fornecimento de computadores para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). De acordo com o órgão, a empresa “negligenciou a assistência técnica (...), gerando prejuízo ao bom andamento dos serviços”. Por isso, segundo o órgão, ela foi punida em fevereiro de 2004 com uma multa de R\$ 66,9 mil. Mas os contratos do governo estadual com a Investiplan não pararam de crescer⁵.

Em termos práticos, o que se observa é uma falência estrutural e pedagógica da educação

⁵ O Globo. Rei dos computadores. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/02/12/socio-de-picciani-no-mercado-de-gado-domina-venda-de-produtos-de-informatica-ao-estado-754390351.asp>> Publicado na versão *on line* em 13 fev. 2009 às 00h02m. Acesso em 09 out. 2011. In. NUNES, Luiz Fernando. Do laptop ao ar-condicionado: a política e a administração da Secretaria Estadual de Educação do estado do Rio de Janeiro no mandato de Sérgio Cabral Filho – 2007/2012. Projeto Final (Pós-Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.



pública. Nos círculos de debates sociais e históricos, têm-se a clara ideia de que a lógica de privatização, muito cara ao neoliberalismo contemporâneo, utiliza-se do sucateamento para impor o credo da ineficiência pública, solucionando-a com privatizações ou ações de inserção do setor privado na esfera pública. Assim, faz-se crer que o setor privado é eficiente e bom, ao passo que o público é retrógrado, burocrático e ineficiente. MORAES (2011 p.26) nos mostra que “a ideologia da privatização da vida, apregoada pela mídia, não apenas evidencia a obsessão capitalista de reificar e rentabilizar a realidade e as relações humanas, como também reforça a tendência de esvaziar o espaço público e desqualificar o Estado como instância de promoção e proteção do bem comum [...]”.

Essa ideia da diminuição do Estado, desobrigando-o do cumprimento de diretrizes que o fundam, é parte do projeto neoliberal. Ainda MORAES (2011 p. 28) identifica essas diretrizes como “ideias-força”: “Sem falar na emergência de lideranças políticas dispostas a contraditar duas ideias-força do neoliberalismo: a) a conversão do Estado em aparelho a serviço das classes e do bloco de poder dominantes, subordinado ao capital e à globalização das forças produtivas; b) o enquadramento do mercado como instância de organização societária”. Assim, passariam às mãos do livre mercado, autorregulado por natureza no entendimento dos liberais clássicos, setores essenciais à vida, como a educação. A proposta é decompor o Estado em parcelas vendáveis que garantam lucro à iniciativa privada.

O neoliberalismo diferencia-se do liberalismo clássico criado nas entranhas do pensamento Iluminista. Ele, de certo, adaptar-se-ia ao capitalismo contemporâneo para a ele dar suporte. Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo torna-se, mais à frente, centro das atenções e dos debates após a tomada hegemônica mundial do capitalismo por parte dos Estados Unidos, a partir do fim da bipolaridade mundial. O capitalismo impõe seu estilo econômico e cultural às demais nações. MARRACH (2002. pp. 42-43) sintetiza as diferenças e sutilezas entre liberalismo clássico e o neoliberalismo:

Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do Estado no amparo aos direitos sociais. Representa uma regressão no campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise.

Um ponto, no entanto, permanece comum às atualizações dos discursos liberais: o papel do



Estado continua sendo visto como prejudicial e relegado ao segundo plano de mantenedor da ordem social e garantidor do cumprimento dos acordos comerciais.

Não vislumbramos propostas de melhorias significativas num cenário como esse. À mercantilização, interessa o lucro, não a conscientização. Portanto, é extremamente difícil não vincular o sucateamento das escolas, a desvalorização do docente, as tomadas verticais de decisões (quase sempre autoritárias e pouco democráticas) e a insistência na valorização do negócio privado como projeto que visa demover do Estado a sua gerência sobre a educação. O que se deseja é uma transformação que, nas palavras de MORAES (2011 p. 29), se traduza na “[...] reconstrução do Estado como espaço institucional e ético-político, capaz de interagir com a sociedade e disciplinar o papel do mercado. Um Estado que amplie sua presença nas atividades produtivas não mercantis, nas políticas sociais e na proteção dos direitos de cidadania”.

No livro “Educação para além do capital”, MÉSZÁROS (2008) não se utiliza de meias ideias para apontar sua tese central: é necessário superar a lógica do capital para suplantando o estado degradante da vida. Para ele

o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível. Ou bem tem êxito em impor aos membros da sociedade, incluindo-se as personificações ‘carinhosas’ do capital, os imperativos estruturais do seu sistema com um todo, ou perde a sua visibilidade como o regulador historicamente dominante do modo bem-estabelecido de reprodução metabólica universal e social [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (p. 27)

Ainda segundo MÉSZARÓS, a educação tornou-se instrumento dos estigmas da sociedade contemporânea: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (2008 p. 15). É necessário, pois, romper, ir às ruas, aos espaços públicos, ousar ultrapassar os muros escolares. As ocupações, mesmo que não sejam projetos prontos – afinal, em educação, as propostas e as mudanças são lentas e gradativas – são mostras de que algo, num cenário desolador, voltou à vida e justamente pelas mãos daqueles que são os maiores interessados no processo de ensino e aprendizagem.

O CENÁRIO DA OCUPAÇÃO EM NOVA FRIBURGO



A justificativa para a ocupação da escola em Nova Friburgo foi, como já mencionado, a intransigência da direção. Segundo relato dos envolvidos, uma escola com cerca de mil alunos, matriculados em três turnos, não oferece nenhum tipo eficiente de participação e/ou consulta à comunidade escolar. É necessário entender que a própria Secretaria de Educação possui programa de incentivo à criação de Grêmios Escolares, amparada por Leis Federais e Estaduais, além de Resoluções próprias⁶ Também incentiva a criação de Conselhos Escolares⁷, reuniões que deveriam envolver toda a comunidade escolar. Segundo os alunos, as instâncias existem, mas não são efetivas.

Soma-se a todo esse aparato legal, o Projeto de Lei Estadual de número 285, datado ainda do ano de 2007, que versa sobre os deveres e direitos dos estudantes e das entidades estudantis⁸. Alegam os estudantes que têm direito à educação de qualidade, em espaço saudável que possua proposta pedagógica voltada para o desenvolvimento intelectual e cidadão. Numa simples lógica, se não existe essa oferta de educação, o protesto é lícito e condizente com os anseios da população. Ironicamente, a mesma lógica que utilizava Locke, teórico iluminista do século XVII, que legitimava a revolta contra o governo se as garantias não fossem asseguradas.

Muitas foram as tentativas pela desocupação das escolas. Em determinados casos, o uso desproporcional da força policial foi utilizada. Noutros, grupos de alunos contrários ao movimento, organizaram-se para protestar pelo que chamam de “vontade de uma minoria que prejudica a maioria que quer estudar”. No especial caso do Jamil El-Jaick, um grupo de alunos se organizou em movimento que se intitulou “Desocupa Jamil”. Esse grupo foi à escola em busca de debate e ouviu dos ocupantes uma forte argumentação pela manutenção do movimento.

Fato é que o senso comum sempre “apoiar” movimentos de reivindicação, mas não é capaz de se aprofundar, seja em análises ou ações. Os alunos do “Desocupa Jamil” alegavam prejuízo ao ano escolar, o que de fato ocorrerá, mas foram confrontados pela ideia de que o Estado há muito

⁶ Lei Federal 7.389 de 04/11/1985- Dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes de 1º e 2º graus. Lei Federal 8.069 de 13/07/1990- Estatuto da Criança e do Adolescente, Art.53 inciso IV – garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis. Lei Estadual 1.949 de 08/01/1992- Assegura a livre organização dos estudantes. Resolução S.E. E 1.294 de 25/04/1986 Aprova modelo de estatuto dos grêmios estudantis. Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=451406> Acesso em 07 jun. 2016.

⁷ Cf. <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2490597> Acesso em 07 jun. 2016.

⁸ Cf. http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/0cd372d488e6ae5783256cee00699aa2/d90371527523fd63832572_b200600c0a?OpenDocument Acesso em 01 jun. 2016.



tempo não consegui suprir, por exemplo, a carência de professores de matérias como Física e Química. Confundi-se, portanto, culpa com a ação de reivindicação.

Na contramão do Estado, os alunos se organizaram em Comissões e reinventaram uma escola pública democrática e cidadã. Entre a programação, uma infinidade de oficinas de temas variados disponíveis ao público. Destacaram-se rodas de conversa sobre política e o papel da escola pública; feiras de livros, prática de diversos esportes, ações culturais como relatos literários, oficinas de músicas, de grafite, de mídia alternativa etc. Da boca de muitos envolvidos e entusiastas do movimento era possível ouvir que a escola tinha voltado à vida, deixando de lado um recente passado que se assemelhava muito mais a uma prisão. Também não foi deixada de lado a preocupação com o estudo formal. Da coletividade surgiu o curso pré-vestibular da ocupação, o “Pré-Ocupa”, que objetivava disponibilizar aulas todos os dias à noite também abertas a estudantes de outras escolas.

Nas relações humanas, a experiência vivida tem muita importância. É inegável que esses jovens que anseiam por educação mais significativa foram forjados na vida, em aulas de prática cidadã. Aprenderam fora das tradicionais salas de aula o que muito se discute numa teorização fechada dentro daqueles espaços.

O ponto culminante da ação estudantil foi o desfile organizado no dia no aniversário da cidade, 16 de maio. Prática corriqueira em cidades do interior, escolas públicas, forças armadas e projetos sociais vão até a principal avenida desfilar frente às autoridades políticas. Os alunos da ocupação organizaram, a revelia da Prefeitura, um desfile surpresa. Exibindo faixas pedindo por uma educação pública de qualidade, exaltaram o nome do colégio e sua história, bem como lembraram os áureos tempos que a banda de fanfarra desfilava e vencia concursos pelo Brasil. Hoje, em protesto, os instrumentos sucateados estão em exibição na entrada do colégio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou com este artigo foi, além de repassar a impressão do movimento de ocupação do Colégio Jamil El-Jaick, mostrar o quão necessário é repensar uma escola pública. É um texto voltado a estudantes, professores e interessados em discutir os rumos da educação pública, bem como as mudanças necessárias ao espaço escolar.

O movimento estudantil brasileiro tem uma rica história de lutas simbolizadas desde áureos tempos da União Nacional dos Estudantes (UNE), na sua luta contra a Ditadura Militar, até as



manifestações recorrentes de docentes em todos os campos do país. As ocupações são degraus desse processo de luta por melhorias e precisam ser vistas com atenção.

No atual cenário de desvinculação humana, têm-se certo preconceito com ações que partam dos alunos. É lamentável perceber que em uma realidade pedagógica muito próxima, professores não têm mais motivação e não acreditam mais na educação como meio de transformação social. Assim, descaracterizam a ajuda e o protagonismo dos jovens alunos que, ao longo do tempo, se desmobilizam a tratam a escola não como um espaço prazeroso de compartilhamento de ideias, mas como um castigo necessário à vida por conta do julgamento social.

Pensamos coletivamente neste artigo. Ele é fruto, como já dito, de conversas e entrevistas informais. Percebemos erros e acertos, críticas negativas e louvores, mas o que pesou no final foi a transformação humana nos envolvidos. Por menor que seja, há um efeito duradouro nos corações e mentes daqueles que viram uma escola cidadã e autônoma, sem hierarquia de saberes. Para o filósofo italiano Antonio Gramsci, “educar é colocar fim à separação entre *homo faber* e *homo sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias (GRAMSCI *apud* MÈSZARÓS (2008 p. 10)). Em busca dessa prática emancipacionista é que seguimos, buscando uma valorização do direito à educação pública, laica e de qualidade, negando a “aversão e repúdio de maneira subliminar quase pavloviana, [a] qualquer coisa que se considere representar o Estado [...]” (JAMENSON (1997 p.73) *apud* MORAES (2011 p.26)).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARRACH, Sônia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. In GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Infância, Neoliberalismo e Educação**. São Paulo, Cortez: 2002. 3. ed.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

DAMIA, Fábila Lima de Brito. **O Direito de Greve dos Servidores Públicos**. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32887-40936-1-PB.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In SILVA, T. T. da & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

_____. **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. Petrópolis, Vozes: 1995.

_____. & FRIGOTTO, Galdêncio (Orgs.). **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo, Cortez: 2001.

_____. & ALENCAR, Chico. **Educar na Esperança em Tempos de Desencanto**. Petrópolis, Vozes: 2001.

_____. & SILVA, Tomaz T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. Petrópolis, Vozes: 1997.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARRACH, Sônia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. In GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Infância, Neoliberalismo e Educação**. São Paulo, Cortez: 2002. 3. ed.

MÉZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo: 2008. 2. ed.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo, Xamã: 2005.

NUNES, Luiz Fernando. **Do laptop ao ar-condicionado: a política e a administração da Secretaria Estadual de Educação do estado do Rio de Janeiro no mandato de Sérgio Cabral Filho – 2007/2012**. Projeto Final (Pós-Graduação) Centro Federal de Educação. Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003.

SACRISTÁN, J. G. **Educação pública: um modelo ameaçado**. In SILVA, T. T. da & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Educação em Tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre, Artmed: 2003.